

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.073 - RJ (2019/0349602-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : FRANCISCO JOSE CORDEIRO DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO : FRANCISCO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA JUNIOR - RJ146560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

Trata-se de consulta acerca da prevenção para julgamento deste *habeas corpus*, formulada pelo nobre colega Ministro Sebastião Reis Júnior, diante da preexistência do RHC n. 115.789/RJ, vinculado ao mesmo paciente e julgado por esta relatoria.

O art. 71 do Regimento Interno desta Corte estabelece que "*Art. 71. A distribuição da ação, do recurso ou do incidente torna preventa a competência do relator para todos os feitos posteriores referentes ao mesmo processo ou a processo conexo, inclusive na fase de cumprimento de decisão; a distribuição do inquérito e da sindicância, bem como a realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a ação penal*".

No particular, o RHC n. 115.798/RJ, julgado por esta relatoria, está vinculado à ação penal originária n. 0003388-23.2017.8.19.0029, na qual o paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes de associação criminosa e receptação qualificada, praticados, em tese, em idos de 2016.

Este HC n. 547.073/RJ, entretanto, diz respeito à ação penal originária n. 0110696-37.2019.8.19.0001, em que o réu é denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003, em decorrência de prisão em flagrante efetivada no dia 13/5/2019.

Não há evidências de que o RHC n. 115.798/RJ, julgado por esta relatoria, e o presente HC n. 547.073/RJ se vinculam ao mesmo processo originário ou a processo conexo, apesar de estarem vinculados ao mesmo paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Trata-se de situações distintas, com lapso temporal de 3 anos entre as condutas, em tese típicas, que deram ensejo à interposição do RHC n. 115.798/RJ e a nova prisão em flagrante, que culminou na impetração do presente *mandamus*.

Com base nesse conjunto probatório, não se reputa haver prevenção para o julgamento do presente *habeas corpus*, nos termos do artigo 71, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Com os melhores cumprimentos,

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

